

Cidade, governança e diversidade: contributos para a construção de um programa de pesquisa

NUNO OLIVEIRA
MARIA MANUELA MENDES

RESUMO

Este artigo tem como principal finalidade apresentar uma análise reflexiva e que se configura numa espécie de balanço em termos teóricos sobre como a diversidade, de um tipo cosmopolita, ou superdiversidade se tornou solicitada por decisores políticos e parte do planeamento urbano na acomodação dos imigrantes na cidade da contemporaneidade. Neste sentido, coloca-se em diálogo alguns dos principais contributos teóricos que intersejam os conceitos

de cidade, governança e diversidade, de modo a definir alguns eixos de pesquisa que poderão apoiar a construção de um programa de pesquisa interseccional que assenta nestes três conceitos-chave. Tal apresenta potencialidades heurísticas interessantes e que pode ser acionado em contexto nacional perante a escassez de estudos que versem sobre a articulação entre a governança da diversidade e o planeamento.

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade · Imigração
· Governança · Cidades

ABSTRACT

This article has as main purpose to present a reflexive analysis and that is a kind of balance in theoretical terms on how diversity, of a cosmopolitan type, or superdiversity and has been requested by political decision makers, as well as part of the urban planning in the accommodation of immigrants in the city of contemporary times. In this sense, we analyze some of the main theoretical contributions that intersect the concepts

of city, governance and diversity, in order to define some research axes that could support the construction of an intersectional research program that is based on these three key concept. This presents interesting heuristic potentialities that can be triggered in a national context given the scarcity of studies on the articulation between diversity governance and planning.

KEYWORDS

Diversity · Immigration
· Governance · Cities

Cidade, governança e diversidade: contributos para a construção de um programa de pesquisa

NUNO OLIVEIRA

Investigador do CIES-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

MARIA MANUELA MENDES

Investigadora do CIAUD, FAUL e do CIES-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

E-mail: mamendesster@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

¹ Este texto tem por base uma reflexão ainda preliminar sobre a investigação em curso no âmbito do projeto “Diversidades, espaço e migrações na cidade empreendedora”, Projeto Nº 26/FAMI/2017.

² A expressão superdiversidade foi cunhada por Vertovec (2007) e refere-se à impossibilidade actual de falarmos em pertenças étnicas exclusivas na medida em que estamos perante uma diversidade complexificada que não segue os antigos padrões de integração da diferença, nem os seus modelos tradicionalmente nacionais. Trata-se de uma diversidade transnacional

Com este artigo¹ pretende-se apresentar uma análise reflexiva e que se configura numa espécie de balanço em termos teóricos sobre como a diversidade, de um tipo cosmopolita, ou superdiversidade² se tornou solicitada por decisores políticos e parte do planeamento urbano na acomodação dos imigrantes na cidade.

Abordar a noção de regimes de diversidade remete-nos desde logo para as formas diferenciadas como as cidades constroem e utilizam a noção de diversidade (Raco, 2018). A este propósito, dois aspetos devem ser salientados. Por um lado, a própria noção de diversidade e como é que esta é incorporada na prática urbanística, deve ser interpelada; por outro lado, a cosmopolitização das cidades e os enquadramentos da diversidade cultural nesse processo deve ser enquadrada na prática da governança urbana.

Em primeiro lugar, podemos, antes de mais, perspetivar a diversidade de uma forma crítica. Matejskova e Antonsich (2015) veem a diversidade como dispositivo. O que significa que a diversidade não existe antes ou à parte da governança e da política, como a expressão mais corrente “governança da diversidade” indicia. Ao invés, diversidade é construída atualmente como uma problemática que precisa ser compreendida, gerida, em que é preciso

e multicategorial que já não corresponde a padrões de diferenças nacionais e étnicas únicas.

agir sobre, celebrar, repensar, etc. Da mesma forma, Burchardt (2017) sugere que a diversidade religiosa obedece a regimes de diversidade que constroem essa mesma diversidade religiosa, mas com uma característica específica. Ela é construída dentro dos parâmetros da governamentalidade neoliberal. Ou seja, tais regimes “não apenas reconhecem, mas também governam as identidades religiosas e fazem-no de acordo com premissas neoliberais de mobilidade, escolha do consumidor e conformidade aos mercados.” (2017: 181)

O segundo aspeto prende-se com as tendências de cosmopolitização das cidades, ou seja a constante interação do local com redes de comunicação nacionais e transnacionais. Quanto a esta vertente, tem sido apontado que há um nível de pragmatismo local na governança da diversidade (Schiller, 2015) que contradiz quer as retóricas xenófobas do populismo partidário quer os paradigmas demasiado fechados das políticas nacionais. A ideia de imaginação cosmopolita associada à teoria do cosmopolitismo crítico apresenta algumas potencialidades ao enquadrar várias dimensões de análise: 1) a diversidade cultural e a pluralização: não só os grupos sociais, mas também as sociedades são híbridas, havendo sobreposições culturais; 2) o cosmopolitismo ocorre num contexto de relações global-local, que podem assumir diversas formas, desde a creolização e culturas de diáspora até aos movimentos cívicos e sociais globais. Pressupõe ainda a reconfiguração do espaço territorial em espaço transnacional, com a reconfiguração das fronteiras, mas também das forças locais e globais (Delanty, 2009).

Fenómenos como a “culturalização do planeamento urbano” (Vaz, 2004) são captados pelo conceito mais genérico de governança da cultura (Kong, 2009) concebido enquanto promoção de determinados aspetos culturais de cada cidade, mobilizando o património e as memórias culturais naquilo que estes podem contribuir para a renovação urbana e crescimento económico. No fundo, trata-se de converter a diversidade numa ferramenta instrumental para promoção de crescimento económico orientado globalmente, associado a uma política de coesão social e dinamismo cultural.

Zapata-Barrero (2015) caracterizou um modelo intercultural específico e que denominou construtivista. O princípio orientador de um tal modelo seria o de considerar a diversidade cultural como um recurso a ser aproveitado nas estratégias de desenvolvimento urbano. Os modelos construtivistas são considerados o núcleo das agendas políticas europeias para a incorporação de imigrantes; o que nos permite falar de um modelo intercultural europeu, apesar das suas variações nacionais (Adj-Abdou, 2014). Com efeito, este modelo

³ Ver sobretudo Commission staff working paper EU initiatives supporting the integration of third-country nationals /* SEC/2011/0957 final */

diz respeito ao aproveitamento da diversidade como um recurso das cidades cosmopolitas e competidoras no sistema global cuja melhor formulação podemos encontrar na Cidade Intercultural de Wood e Landry (2008), justamente o *template* que serviu de base de orientação ao programa Intercultural Cities decorrente da articulação entre o Conselho da Europa e a Comissão Europeia. As premissas de um tal programa traduzem-se no sustentáculo dado às cidades na definição de “uma estratégia intercultural que adapta sistemas e políticas de governança em todas as áreas relevantes para as necessidades de uma população diversa. Todos os serviços são revistos tendo em conta uma “lente intercultural” (entre aspas no original), cujo objectivo é o aumento de oportunidades para a interacção e colaboração concreta entre as comunidades.”³

Esse modelo incorporou as principais diretrizes de uma abordagem de “vantagem da diversidade”. Este conceito condensa a ideia segundo a qual a diversidade cultural deve ser entendida como um recurso intrinsecamente ligada às políticas de inovação das cidades e à vantagem económica comparativa (Wood & Landry, 2008: 12). O papel da cultura em tais processos deve ser enfatizado. Dado que a cultura, ou a sua governança, é vista como um importante recurso nas políticas de inovação urbana (Kong, 2009; Miles e Padisson, 2005), a diversidade cultural trazida pelas populações imigrantes conjuga-se com a regeneração orientada por recursos culturais dentro das políticas de governança urbana com incidência local.

É importante, portanto, equacionar as novas formas de expressão cultural com programas estatais e privados mais amplos que visam aproveitar o potencial do investimento em produtos culturais. Como os especialistas em desenvolvimento urbano propõem “o investimento cultural é valorizado por causa das contribuições para a regeneração urbana e económica, porque a cultura é uma fonte de prosperidade e cosmopolitismo e porque coloca as cidades em boa posição para a competição internacional” (Comedia, citado em Kong, 2009: 453 [tradução nossa]).

Assim, nesses processos, a diversidade cultural não se reveste apenas de complexidade cultural quotidiana, mas representa uma narrativa e uma orientação política para produzir o urbano de acordo com algumas racionalidades e lógicas (Berg e Sigona, 2013). Tais lógicas estão intimamente ligadas a processos globais de reescalonamento, nos quais as cidades competem por múltiplas formas de capital: económico, cultural, simbólico (ver Lynch 1994, Glick Schiller e Çağlar 2011, *inter alia*). Neste contexto, a diversidade cultural e religiosa, as interculturalidades, surgem como cada vez mais mercantilha-

das no sentido de produzir/comercializar a paisagem urbana que as integra.

Esta diversidade étnico-cultural nas cidades tem segundo Sharon Zukin (1995) impactos significativos e positivos. No entanto, a diversidade também pode ser encarada como uma ameaça à coesão social e territorial em algumas zonas de cidade marcadamente compostas por uma coexistência multiétnica, mas ao invés, este atributo pode também ser capitalizado em campanhas de *marketing* urbano, associadas a estilos de vida cosmopolitas, apelando ao consumo de produtos e serviços alternativos e dotados de uma certa autenticidade.

Tem sido frequentemente salientado que as atuais economias urbanas dependem fortemente da combinação ideal entre cultura, entretenimento e instalações urbanas (Clark, 2004; Navarro, Clark e Silver, 2012). A cultura como consumo e entretenimento desempenha um papel importante nos modelos de desenvolvimento urbano, uma vez que estimula as economias criativas e do conhecimento. A importância das instalações urbanas e suas ligações com o consumo de produtos culturais é central na lógica da “vantagem da diversidade”. Em rigor, existe uma ligação explícita entre as novas conceções de desenvolvimento urbano e a agenda da “vantagem da diversidade”. Esta última consiste num programa proposto por Phil Wood (2012) baseado na noção de interculturalidade de Canclini (1995) e implica uma conceção dinâmica, híbrida e complexa das múltiplas identidades coletivas e individuais. Foi usado especificamente para interpretar a co-construção (e inovações sociais e económicas) das paisagens urbanas, com base na heterogeneidade cultural e nas convivências interétnicas e formas de mistura. O locus urbano dessa agenda está perfeitamente alinhado com o reescalamento da influência decisória do Estado e o reconhecimento do local como o local importante para a incorporação social.

Os processos de regeneração são indissociáveis do aumento de competição global entre cidades (Musterd and Murie, 2010). Florida (2005) associa a diversidade a vantagens competitivas e alerta os decisores políticos para tornar as suas cidades mais diversas (embora aqui a diversidade extravase a mera diversidade etno-cultural). Tomando especificamente a diversidade etno-cultural, Syreth e Sepúlveda (2011:488) elencam as várias formas como esta tem sido utilizada numa perspetiva diferenciadora dos recursos de cada cidade. Tanto através do *branding* urbano, como da promoção dos negócios étnicos, ou das redes de comércio diaspóricas, passando pela promoção de bairros e festivais étnicos, as autoridades urbanas têm procurado explorar um

“dividendo da diversidade” (*diversity dividend*) que coloque as suas cidades numa hierarquia global de preferências. Neste contexto de análise, importa recensear alguns dos principais contributos teóricos nacionais e internacionais neste domínio e que abrem um campo de reflexão e de análise com grandes potencialidades heurísticas e que podem contribuir para definição de um programa de pesquisa e para a construção sociológica de um objeto que intersecte estes 3 eixos analíticos: cidade, governança e diversidade.

2. A DIVERSIDADE NA GOVERNANÇA DAS CIDADES E NO PLANEAMENTO URBANO: EIXOS DE ANÁLISE PARA UM PROGRAMA DE PESQUISA

A inclusão da diversidade na governança local e especificamente no planeamento urbano tem suscitado a atenção de diversos autores contemporâneos (Fincher e Iveson, 2008; Sandercock, 2003, Tasan-Kok et al., 2013; Keith, 2005; Fincher, 2003). Muito do que tem sido produzido tem incidido nos decisores políticos e na cadeia de decisões (Schiller, 2015; Padilla et al, 2016; Sholten, 2012). Todavia, a “voz” dos imigrantes tem estado ausente destas análises. Para além disso e como bem refere Sandercock (2000) a “gestão” da diversidade tem implicado em termos de planeamento e gestão urbana a contenção, o controle e a manipulação no uso dos espaços públicos. Com efeito, apesar das inúmeras análises e avaliações de políticas a lacuna persiste: dados sobre as perceções dos próprios imigrantes relativamente a estas modificações e as formas mobilizadas (ou não) para com elas se articularem são ainda escassos.

Da mesma forma, perceber como tais mudanças possuem impactos nos espaços públicos, na expressão das sociabilidades ou na visibilidade da diversidade sugere que uma particular atenção deve ser dada a cenários concretos de interação. Uma das linhas de investigação a destacar, tem estabelecido a relação entre diversidade (cultural e não só) e desenvolvimento urbano articulando os ganhos da diversidade com a estratégia das cidades criativas (Florida, 2005; Wood & Landry, 2008). Para Sharon Zukin (1995), há uma correlação entre migrações e economia urbana em ordem à criação de uma economia etno cultural que pode mudar a feição da economia urbana através da criação de novos mercados, novos produtos e serviços, novas dinâmicas culturais entre outros aspetos. Richard Florida (2004) sublinha a importância da diversidade como fator de diferenciação e atratividade para as classes criativas,

concluindo que as cidades mais procuradas são aquelas em que existe maior diversidade étnica e cultural. As migrações conferem um carácter cosmopolita às cidades, tornando-as mais procuradas por essas classes.

Três vetores analíticos guiam estas investigações. Primeiro, o privilegiar do local como espaço de observação de tais fenómenos. Não negligenciando a análise multi-escalar e a relação dialéctica fundamental entre as escalas nacionais, locais e transnacionais, o local (na sua vertente urbana) passa a ser o espaço onde estas três dimensões se concentram e produzem os seus efeitos (Çağlar e Schiller, 2011). Segundo, uma reconceptualização do papel da cidade e por decorrência do urbano enquanto espaço estruturador dos recursos necessários para as práticas globais (Sassen, 1991). Robinson (2006), por exemplo, perspetiva as cidades, não como unidades circunscritas, mas como conjunturas de redes globais e nacionais estruturantes de hierarquias de poder económico, político e cultural. Como parte integrante deste processo, as cidades surgem como espaços de consumo, com implicações nos estilos de vida, quer de imigrantes quer de nacionais. Terceiro, uma reconceptualização da pertença cultural extensível a novos entendimentos da identidade. Na esteira da crítica à natureza unitária do urbano, também o conceito de identidade é reformulado. Afastando-se das noções de diferença ou diferenciação, decorrentes das unidades circunscritas, perfeitamente espacializadas e denotando específicos mundos sociais, conforme a tradição herdada da Escola de Chicago, as pertenças culturais complexificaram-se. Novos termos procuram enquadrar este fenómeno, tais como superdiversidade (Vertovec, 2007), convivialidade (Gilroy, 2005; Vertovec e Nowicka, 2014) ou “commonplace diversity” (Wessendorf, 2013). Esta complexificação de padrões identitários é reconhecida nos espaços urbanos das capitais mundiais e por conseguinte interpela diretamente as formas de governança local da diversidade. Uma das questões que pode ser colocada a este respeito é justamente a da inter-relação que se estabelece entre novas configurações do urbano e da identidade cultural.

Em termos políticos, a governança local passou a englobar o complexo de interdependências entre atores públicos e privados numa multiplicidade de níveis. Podemos entender por governança urbana “um processo de coordenação de atores, grupos sociais, e instituições direccionado para determinados objetivos, definidos e discutidos coletivamente em ambientes fragmentados e incertos” (Le Galés, 2011). Importa compreender os mecanismos de governança urbana relativamente a contextos superdiversos e como se interrela-

cionam estes com sistemas de regulação da diferença (Simon, 2010). Patrick Simon propõe justamente considerar a cidade segundo três ordens – o urbano, o simbólico e o político. Segundo esta divisão de distintas conquanto interdependentes esferas de ação, teríamos que considerar o espaço urbano concreto, a história do território e a sua memória coletiva e finalmente as forças políticas e associativas que controlam os termos da divisão. Pensamos, contudo, que o modelo de Simon carece de ser alargado para outros fatores que entretanto se tornaram operantes no encontro entre as transformações urbanas e a diversidade cultural, ela própria elemento e promotora dessas transformações. Neste novo quadro, uma das interpelações será efetivamente em que medida as novas narrativas políticas e operacionais assim como novos entendimentos da diversidade estão a ser convertidos em programas de governança local “nos quais atores públicos e privados procuram resolver problemas sociais ou criar oportunidades sociais” (Kooiman, 2000: 139)?

Vários eixos de análise interpelam e interseam alguns desses fatores e que importa dissecar. Um primeiro eixo centrar-se-á nas mudanças do espaço urbano, nas tendências demográficas e os contornos das vagas migratórias e de fluxos turísticos que levaram a um acréscimo de diversidade cultural nas cidades. Neste eixo analítico, e numa perspetiva de aproximação aos territórios, importa identificar os atores envolvidos ou objeto das redes de governança, os respetivos papéis, as suas relações e estratégias tendo a diversidade cultural como pano de fundo.

Um segundo eixo direciona a atenção para as intervenções urbanas propriamente ditas, em particular as ações de renovação urbana. Os processos de renovação têm sido considerados por alguns autores como o fulcro do novo modelo de governança urbana, sobretudo os processos de renovação da cidade-interior orientados pela cultura (Evans & Foord, 2003; Bailey, Miles and Stark, 2004; Miles & Padisson, 2005). Em larga medida tais processos devem ser integrados num âmbito conceptual mais vasto das políticas culturais urbanas, compreendido como a promoção de determinados aspetos culturais de cada cidade, mobilizando o património e as memórias culturais naquilo que estes podem contribuir para a renovação urbana e crescimento económico. Perguntamos como esta tendência para a culturalização, intrínseca aos projetos regeneradores, envolve ou impacta, ou mesmo promove, a diversidade cultural? Qual é, por outro lado, o papel dos imigrantes em tais processos?

Um terceiro eixo de reflexão prende-se com a expressão de tais tendências nos espaços públicos. Para além das expressões diretamente associadas a ini-

ciativas de governança cultural (tais como celebrações, festivais, encontros culturais) há a realidade de uma presença quotidiana que deixa a sua marca nos espaços e locais da cidade. Em torno de tais potenciais espaços de relacionamento tem-se vindo a constituir uma significativa literatura. Conceitos como *commonplace diversity* (Wessendorf, 2013), *public space multiculturalism* (Vertovec, 1996), *diasporic cosmopolitanism* (Glick-Schiller, 2012), *everyday multiculturalism* (Wise e Velayutham, 2009), entre outros, colocam o espaço público no centro das suas reflexões. Uma linha une estas abordagens: a necessidade de investigar em cenários sociais concretos os padrões de inter-relações quando os indivíduos são colocados perante a diferença. Dito de outro modo, para além das retóricas políticas ou das estruturas legais e institucionais, como é a diferença gerida em cenários de viver quotidiano? Amin (2002: 960) vê nos encontros regulares a mediação social para um “envolvimento habitual” que acaba por consolidar entendimentos interculturais e sociabilidades entre diferentes culturas, apelando por outro lado, para a observação “da micropolítica local dos encontros quotidianos” como forma de compreender as dinâmicas multiétnicas. Amin não reduz o encontro à sua dimensão interpessoal, apontando antes direções que incluam aspetos materiais, estruturais e espaciais onde as práticas e disposições são negociadas. Esta aproximação à materialidade do quotidiano remete para a materialidade dos ambientes transacionais (Amin, 2012), ou seja, para as formas em que as relações sociais de comunidade e identidade são sempre mediadas por apegos com e através de objetos e coisas. Este foco na intersubjetividade dos encontros em espacialidades específicas convoca diretamente como objeto as dinâmicas sociais nos espaços públicos.

Segundo Gehl (1986), a qualidade do espaço público pode medir-se pela diversidade de atividades que o indivíduo lá pratica. Um aumento na sua qualidade estimula, em especial, as actividades opcionais, das quais dependem as relações sociais. Em espaços públicos de qualidade reduzida, o indivíduo, ou grupo, só fazem o estritamente necessário. A própria vontade, do indivíduo ou grupo, de praticar determinadas atividades encontra-se condicionada pela qualidade do ambiente urbano existente.

Bauman (2007: 60 e 133) afirma que a vida urbana é movida por estranhos entre estranhos, existindo diferentes formas de coexistência, desde o existir-ao lado, o existir-com e o existir-para. Ainda para Bauman (2006), o espaço público é a essência do cosmopolitismo e da abertura ao outro, o que exige uma estratégia clara de tornar os espaços públicos mais hospitaleiros,

mas tal não poderá fazer esquecer a importância do direito à cidade e à urbanidade por parte de quem já lá reside e é usuário. A hospitalidade remete para a “abertura da subjetividade à alteridade testemunhada pela presença de outros” (Levinas, 1983), assim sendo, os espaços hospitaleiros são também espaços de acolhimento ao outro, espaços vividos ou lugares antropológicos (Augé, 1992).

O que nos leva ao quarto eixo de trabalho, perceber se e como se estabelecem interdependências entre a diversidade cultural, a governança da cultura e a gentrificação. No tocante a esta última, a teoria filiada nos estudos urbanos críticos tem enfatizado as dinâmicas de desenvolvimento urbano desigual e recomposição de classe na cidade-interior como factores cruciais (Smith, 1996, 1979; Harvey, 2006; Logan & Molotch, 1987). Uma abordagem menos crítica considera a gentrificação como parte da reestruturação urbana inerente à “cidade e classes criativas” (Florida, 2005; Wood & Landry, 2008). Zukin (1995) salientou a conjugação entre gentrificação e populações imigrantes nas cidades contemporâneas e Sassen (1991) enfatizou a reterritorialização das culturas imigrantes como resultante da globalização e da sua espacialização urbana. Mais recentemente, Nina Glick Schiller e Aise Çağlar (2011, *inter alia*) procuraram refletir sobre os processos de reescalonamento de cidades a nível global e o papel das migrações em diversos contextos urbanos. As autoras procuram refletir não apenas sobre o papel gentrificador de migrantes mas também como estes estão frequentemente empenhados na construção de novas dinâmicas urbanas para além das lógicas estritamente associadas à renovação urbana, em processos que poderiam ser interpretados à luz de conceito como o direito à cidade (Lefebvre, 1968)

Em alguns centros urbanos marcados pela turistificação como é o caso por exemplo em território nacional, de Lisboa e do Porto as políticas urbanas têm vindo a apostar em projetos de regeneração, reabilitação e renovação urbana atraindo operadores privados e inflacionando os preços do solo e da habitação (Santos, 2017; Balsas, 2007). Outras experiências têm evidenciado a emergência de processos de relegação e remoção das classes populares, imigrantes, estrangeiros e operários (Pinson e Bekkar, 1999), do seu habitat tradicional para as periferias e o retorno de artistas, intelectuais, mas também das classes sociais possidentes (Smith, 2002).

Nestes locais, é oportuno analisar qual o efetivo direito à cidade por parte dos imigrantes e de outros grupos minoritários e quais os processos participativos e mecanismos consultivos das autarquias locais e plataformas reivin-

dicativas que fazem a mediação entre estes atores e os grandes operadores financeiros e económicos.

Neste âmbito, interessa perceber se e quando a diversidade cultural se combina com tendências gentrificadoras e os estilos de vida dos gentrificadores (Ley, 1994)? Constitui esta diversidade um fator de atração para os gentrificadores, e em caso afirmativo porquê? Como se coadunam estes dois movimentos em termos de permanência no território? Melhor dito, será esta diversidade integrada ou deslocada, como resultado de processos de gentrificação? E qual a agência das populações imigrantes perante estes dois cenários? Neste quadro, e mantendo sempre em perspetiva a validade dos espaços públicos como arena de aprofundamento da “lógica do encontro” (Fincher et al., 2014) importa ainda perceber como estes dois grupos se relacionam nestes espaços ou noutras arenas de sociabilidade como as associações (Wessendorf, 2013) e se desse encontro (ou inexistência do mesmo) resultam novos apegos identitários ao local e novas formas de experienciar a vida coletiva do mesmo.

Um quinto eixo prende-se com as articulações entre diversidade cultural, território, turismo e circulação de imagens. O desenvolvimento urbano encontra-se crescentemente associado à criação de “cenas urbanas” onde os distritos culturais assumem um papel funcional nas estratégias de governança urbana (Silver et al., 2010; Zukin, 1995; Strom, 2002). Conceitos como o de distrito turístico (Judd & Fainstein, 2011) e teorias da “marketização” da cidade são cruciais na compreensão dos processos de criação de imagens da cidade, e do seu posicionamento no jogo de competição interurbana (Kearns & Philo, 1993). Propomos por isso identificar e examinar as apropriações da diversidade cultural em estratégias turísticas e de “marketização” da cidade. Procuraremos analisar o papel dos espaços urbanos superdiversos nestas práticas. Que linguagens e discursos sustentam esta ligação e como permeia esta (se de alguma forma) as codificações e negociações culturais quotidianas?

Finalmente, um eixo dedicado ao empreendedorismo (étnico e não étnico). Neste contexto de análise, importa investigar as modalidades de empreendedorismo que se ligam à cidade empreendedora e qual o papel por estas assumido. Trabalhos recentes mostraram como estas formas se encontram imbricadas, superando a visão estreita do enclave étnico (Werbner, 2001; Basu e Werbner, 2001; Waldinger e Aldrich, 1990). Em estratégias de marketização do lugar no centro da cidade, o empreendedorismo étnico tem sido estrategicamente fomentado. Como a diversidade cultural parece impulsionar os mercados locais (Hiebert et al., 2014), e estes estão associados à capacida-

⁴ No original “active place-makers”.

de de atrair diversos agentes e consumidores, as autoridades e outros agentes públicos e económicos têm considerado os migrantes como “fazedores de lugares”⁴ ativos (Schuch e Wan, 2015), cuja atividade comercial renova o centro da cidade tanto em termos culturais como em termos interacionais.

3. REFLEXÕES FINAIS

Para Portugal, trabalhos recentes como os de Marques e Lima (2007) e mais recentemente de Tulumello (2015) analisaram processos de, respetivamente, “turistificação” e neoliberalização associados ao comércio imigrante. Sobretudo para o primeiro, onde de forma pioneira em Portugal questões como comercialização da etnicidade e turismo são associadas. No entanto, muito embora esta perspetiva estabeleça a ligação entre mercados étnicos e novas dinâmicas culturais e políticas, não contempla suficientemente a imbricação entre comercialização da cultura e o espaço, própria das novas práticas de governança urbana da cidade-interior (Oliveira e Padilla, 2017). Na medida em que os “empreendedores” se tornaram atores fundamentais na construção da “cidade empreendedora” queremos indagar como se relacionam estas três modalidades (empreendedorismo étnico, social e criativo) e qual o papel por elas assumido no mais vasto campo da governança da diversidade e seus impactos na criação do local, entendendo este como um artifício cultural de conflito social e coesão, onde se jogam adesões identitárias e relações sociais que se imbricam no espaço.

⁵ GEITONIES - Generating Interethnic Tolerance and Neighbourhood Integration in European Urban Spaces, coordenação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, financiado pela EU Commission- Seventh Framework Programme (FP7).

⁶ Projeto “Convivial Cultures and super-diversity” (2010-2012), coordenação do CIES-ISCTE, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Outros trabalhos em Portugal debruçaram-se sobre algumas das temáticas aqui consideradas. No entanto, facilmente se verifica que o tema da governança e do planeamento não tem sido devidamente contemplado na agenda científica nacional. Alguns trabalhos focaram fundamentalmente os contactos e modos de relações interétnicas assim como as perceções do lugar (território) (cf. Geitones, 2011)⁵. Outros procuraram aferir a intensidade dessas relações consoante esferas de ação diferenciadas (Superdiversity, 2009)⁶. Ainda outros preocuparam-se com as negociações do espaço e com as impressões deixadas pelos imigrantes na paisagem urbana (Gésero, 2012; Menezes, 2009). Contudo, continuam a escassear estudos aprofundados sobre a inter-relação das dinâmicas de reabilitação, culturalização e diversificação integradas em específicas lógicas de governança local e que tome em consideração a questão do “direito à cidade” por parte dos imigrantes, em particular as populações constituídas por nacionais de países terceiros.

referências

- Amin, A. (2002). "Ethnicity and the multicultural city: Living with diversity", *Environment and Planning A* 34, 959-80.
- Amin, A. (2012). *Land of Strangers*. London: Polity Press.
- Augé, M. (1992). *Non-Lieux; Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*. Paris: Seuil.
- Bailey, C., Miles, S. and Stark, P. (2004). "Culture-led urban regeneration and the revitalization of identities in Newcastle, Gateshead and the north-east of England". *International Journal of Cultural Policy*, 10 (1), 47 - 65.
- Balsas, C. (2007). "City Centre Revitalization in Portugal: A Study of Lisbon and Porto". *Journal of Urban Design*, 12:2, 231-259.
- Basu, D. and Werbner, P. (2001). "Bootstrap Capitalism and the Culture Industries: A Critique of Invidious Comparisons in the Study of Ethnic Entrepreneurship", co-authored with Dipanita Basu. *Ethnic and Racial Studies*. Vol. 24, No. 2, 236-262.
- Burchardt, M. (2017). "Diversity as neoliberal governmentality: Towards a new sociological genealogy of religion". *Social Compass*, vol. 64 (2), 180-193.
- Çağlar, A. and Schiller, N. G., (2011). Introduction: migrants and cities, in Conradson, D. and Latham, A., (2005). "Transnational urbanism: attending to everyday practices and mobilities". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31 (2), 227-233.
- Canclini, N. G. (1993). *Hybrid Cultures. Strategies for entering and leaving modernity*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Delanty, G. (2009). *The cosmopolitan imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Evans, Graeme and Foord, Jo (2003). "Shaping the cultural landscape: local regeneration effects", in Miles, Malcolm and Hall, Tim (eds) *Urban Future: Critical commentaries on shaping cities*. London: Routledge, 167-181.
- Fincher, R., Iveson, K., Leitner, H., Preston, V. (2014). "Planning in the multicultural city: Celebrating diversity or reinforcing difference?", *Progress in Planning* 92, 1-55.
- Fincher, R., Iveson, K. (2008). *Planning and Diversity in the city: Redistribution, recognition and encounter*. Basingstock and New York: Palgrave Macmillan.
- Florida, R. (2005). *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge.
- Gésero, P. (2012). "O Espaço é o Lugar: O Martim Moniz na Migrantscape de Lisboa". *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, 163-184.
- Glick Schiller, N. (2012). "Diasporic cosmopolitanism, migrants, sociabilities, and city-making", *Working paper RICC*.
- Harvey, D. (1989). "From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late Capitalism". *Geografiska Annaler* 71 B: 3 - 17.
- Harvey, D. (2006). *Cosmopolitanism and the Geographies of Freedom*. New York: Columbia University Press.
- Judd, D. R. (2003). "Visitors and Special Ecology of the City" in Hofman, Lilly M., Fanstein, Susan e Judd, Denis R. (eds.) *Cities and Visitors. Regulating people, markets and city space*. Malden: Blackwell Publishing.

- Kearns, G. & Philo, C. (eds.) (1993). *Selling Places: The City as Cultural Capital – Past and Present*. Oxford: Pergamon.
- Kong, L. (2009) "Making sustainable creative/cultural space: Shanghai and Singapore". *Geographical Review*, 99 (1), 1-22.
- Le Galés, P. (2011) "Urban Governance in Europe. What is governed?", Bridge, Garry and Watson, Sophie (eds). *The New Blackwell Companion to the City*. London: Blackwell, 747-758.
- Levinas, E. (1983). *Le tempet l'autre*. Paris: PUF.
- Ley, D. (1994). "Gentrification and the politics of the new middle class", *Environment and Planning D: Society and Space*, 12: 53-74.
- Light, I. & Rosenstein, C. (1995). *Race, Ethnicity, and Entrepreneurship in Urban America*. Hawthorne, NY: Aldine de Gruyter
- Logan, J. & Molotch, H. (1987). "The City as a Growth Machine", in *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press, 50-52 and 62-74.
- Marques, M. M. e Costa, F. L. (2007). "Building a market of ethnic references: activism and diversity in multicultural settings in Lisbon", in Rath, J. (org.), *Tourism, Ethnic Diversity and the City*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 181-198
- Matejskova, T. e Antonsich, M. (eds.) (2015). *Governing through Diversity: Migration Societies in Post-Multiculturalist Times*. London: Palgrave MacMillan.
- Menezes, M. (2009). "A Praça do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais de Inscrição da Praça no Mapa Social de Lisboa". *Horizontes Antropológicos*, 15, 32, 301-328.
- Miles, S. & Paddison, R. (2005), "Introduction: the rise and rise of culture - led urban regeneration". *Urban Studies* 42 (5 - 6), 833 - 39.
- Nathan, M. (2011). "The economics of super-diversity: Findings from British cities", 2001-2006. *SERC Discussion Paper 68*.
- Nowicka, M. e Vertovec, S. (2014). "Introduction. Comparing convivialities: Dreams and Realities of living-with-difference". *European Journal of Cultural Studies*, vol. 17, August, 341-356.
- Oliveira, N. & Padilla, B. (2012). "A diversidade como elemento de desenvolvimento/atração nas políticas locais urbanas, *Revista Sociologia*, Universidade do Porto, 129-162.
- Oliveira, N. & Padilla, B. (2017). "Integrating superdiversity in local governance. The case of Lisbon's inner-city. *Policy and Politics*, disponível em <https://doi.org/10.1332/030557317X14835601760639> [fast track]
- Oliveira, N. (2015). "Producing interculturality. Repertoires, Strategies and Spaces". *New Diversities*, 17-2, August, 129-143.
- Raco, M. (2018). "Critical urban cosmopolitanism and the governance of urban diversity in European Cities". *European Urban and Regional Studies*. Vol. 25(1), 8-23.
- Ray, B. (2003). "The Role of Cities in Immigrant Integration". *Immigration InformationSource, Migration Policy Institute*, disponível em: <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=167>
- Robinson, J. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. London, UK: Routledge.

Sandercock, L. (2003). "Toward Cosmopolis: Utopia as construction site", in Campbell S. and Fainstein S. S. (ed.), *Readings in planning theory*. Oxford: Blackwell, 401-410.

Sandercock, L. (2000). "When Strangers Become Neighbours: Managing Cities of Difference". *Planning Theory & Practice*, Vol. 1, No. 1, 13-30.

Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

Santos, J. R. (2017). "O turismo e a cidade das redes: Conflitos e oportunidades da requalificação infraestrutural e do espaço público no centro antigo de Lisboa". *Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista* nº3, 8-25.

Schiller, N. G. and Caglar, A. (eds.) *Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants*. Ithaca: Cornell University Press, 1-22.

Short, J. R. and Kim, Y. (1999). *Globalization and the City*. Essex: Longman.

Silver, D., Navarro, C. L. e Clark, T. N. (2010). "Scenes: Social context in an age of contingency", *Social Forces*, 88(5), 2293-2324.

Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*. London: Routledge.

Smith, N. (2002). "New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy". *Antipode*, 34 (3), 427-450.

Smith, N. (1979). "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people". *Journal of the American Planning Association*, 45, 538-548. DOI:10.1080/01944367908977002.

Tasan-Kok, T., van Kempen, R., Raco, M., Bolt, G. (2013). *Towards Hyper-Diversified European Cities: A Critical Literature Review*. Brussels: European Commission.

Uitermark, J. (2012). *Dynamics of power in Dutch integration Politics. From accommodation to confrontation*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Tulumello, S. (2015). "Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: urban regeneration policy in a "dense" space in Lisbon". *Urban Geography*, 1, Vol. 37 (1), 117-140.

Vaz, L. F. (2004). "A culturalização do planeamento e da cidade - novos modelos?". *Territórios Urbanos e Políticas Culturais, Cadernos PPG-AU/FAUNA*, n.º especial, 31-42.

Vertovec, S. (1996). "Multiculturalism, culturalism and public incorporation." *Ethnic and Racial Studies*, 19(1), 49-69.

Vertovec, S. (2007) "Super-diversity and its implications". *Ethnic and Racial Studies* 30, pp. 1024-1054.

Waldinger, R. & Aldrich, H. (1990). "Trends in ethnic business in Bootstrap capitalism and culture industries" in Waldinger, Roger, Aldrich, Howard and Ward, Robin (eds). *Ethnic Entrepreneurs: Immigrant Business in Industrial Society*. London: Sage, 49-78.

Werbner, P. (2001). "Metaphors of Spatiality and Networks in the Plural City: A Critique of the Ethnic Enclave Economy Debate." *Sociology*, Vol. 35, No. 1, 671-693.

Wessendorf, S. (2013). "Commonplace diversity and the 'ethos of mixing': perceptions of difference in a London neighborhood". *Identities*, 20(4), 407-422.

Wood, P. & Landry, C. (2008). *The Intercultural City. Planning for Diversity Advantage*. London: Earthscan.

Wood, P. (2012). "Challenges of Governance in Multi-Ethnic Cities", in Anheier Helmut K. e Isar, Yudhisthir Raj (eds) *Cultures and Globalization: Cities. Cultural Policy and Governance*. London: Sage Publications, 44- 60.

Zapata-Barrero, R. (2015). "Exploring the foundations of the intercultural policy paradigm: a comprehensive approach". *Identities. Global Studies in Culture and Power*, Volume 23 (2), 155-173.

Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Cambridge: Blackwell.